e regulamentos dos mesmos estabelecimentos, quando superiores aos estatuídos nas presentes alterações.

Art. 47.º Fica revogada a legislação em contrário.

Tabela A

Conselho Tutelar

	(Pessoal militar) Gratificação mensal
Vice-presidente e inspector dos estabelecimentos de instrução da Obra Tutelar e Social do Exército . . .	90,500
Vogal secretário	50,500
Adjunto	30,500
Amanuenses	15,500
Serventes	9,500

Estabelecimentos de instrução da Obra Tutelar

Director	90,500
Inspector da instrução ou sub-director ou regentes de secção	75,500
Professores ordinários, effectivos ou agregados	65,500
Professores provisórios	60,500
Professores de instrução primária	50,500
Professores de trabalhos manuais e modelação	65,500
Professores ou instrutores de gymnástica ou esgrima :	
Diplomados	50,500
Não diplomados	40,500
De música ou canto ou instrumentos	60,500
Instrutores :	
Diplomados	50,500
Não diplomados	40,500
Assistentes de estudos	40,500
Ajudante e instrutor de tática	50,500
Médico	65,500
Tesoureiro ou comandante de companhia	50,500
Secretário	50,500
Provisor	40,500
Official do Q. A.	35,500
Official de serviço	40,500
Auxiliares para o ensino (caligrafia, dactilografia, estenografia, escrituração militar, trabalhos manuais, condução de máquinas) ou prefeitos ou farmacêuticos com o curso	25,500
Ajudante de farmácia, com o curso	20,500
Encarregado dos motores, prefeitos, electricistas, maquinistas	20,500
Sub-perfeitos, amanuenses, encarregados da escrituração, ajudantes do official de administração militar, contínuos, conservador da biblioteca, cabeleireiro, cocheiro, porteiro, despenseiro, copeiro, chefe do refeitório dos alunos, telefonista, comprador, jardineiro, escriptorários, chefes de serviços, encarregados de rouparia, carpinteiros, pedreiros	20,500
Encarregados de policia interna (segundos sargentos), chefe de fachinas, serventes, carroceiros, sargento do destacamento de cavalaria	15,500
Encarregados da iluminação, encarregados da policia interna (primeiros cabos), fiéis, cabos do destacamento de cavalaria	12,500
Enfermeiros, cozinheiros do rancho geral, quarteleiros, soldados ferradores do destacamento de cavalaria	9,500
Corneteiros e clarins (segundos cabos)	4,500

Tabela B

	Pessoal civil Ordenado mensal (a)
Regentes de secção	70,500
Médicos	70,500
Dentistas	40,500
Professores de instrução primária	65,500
Professores de trabalhos manuais e modelação	65,500
Professor ou regente agricola	65,500
Professores de música, canto, instrumentos e dança, caligrafia, dactilografia e estenografia	Contrato
Professores de 1.ª categoria	50,500
Professores de 2.ª categoria	45,500
Professores de 3.ª categoria	35,500
Professores de 4.ª categoria	30,500

Preparadores, conservadores de gabinetes e museus	Contrato
Ajudantes	25,500
Mestres ou mestras	Contrato
Ecónoma	35,500
Electricistas, encarregados da iluminação, telefonistas, roupeiras, quarteleiros, despenseiros, escriptorários, porteiros, maquinistas, encarregados dos motores, lavadeiras, costureiras, hortelões, jardineiros, artifices, cabeleireiros, cocheiros, carroceiros, cozinheiros, copeiros, ajudantes de cozinheiro, comprador, chefes de criadas, chefes de fachinas, chefes de refeitório, criadas, serventes, fiéis, enfermeiros, perfeitos, sub-perfeitos, fâmulos, encarregados da policia interna	Contrato

(a) Nestes vencimentos não estão incluídas as subvenções.

Paços do Governo da República, 18 de Outubro de 1921.— *António Vicente Ferreira* — *António Maria de Freitas Soares* — *Ricardo Pais Gomes* — *António Augusto Curson* — *António Ginestal Machado*.

2.ª Direcção Geral

5.ª Repartição

Decreto n.º 7:765

Tendo o Ministério do Trabalho solicitado ao da Guerra a nomeação de médicos militares para occorrem às necessidades do serviço no mesmo Ministério;

Atendendo a que o Ministério da Guerra não tem officiais médicos em número sufficiente para o serviço militar, precisando por isso de recorrer a numerosos médicos milicianos e contratados;

Atendendo à necessidade de velar pela regular e conveniente assistência médica dos povos, evitando perturbações inconvenientes ao serviço, e à ordem e saúde públicas:

Ilci por bem, sob proposta do Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Quando a Direcção Geral de Saúde do Ministério do Trabalho informe ser indispensável suprir a falta de médicos, ao serviço do mesmo Ministério, serão convocados para serviço extraordinário, pela Secretaria da Guerra, o número de officiais médicos milicianos que forem requisitados.

§ 1.º Essa convocação será feita de preferéncia entre os officiais médicos milicianos que se offerecerem.

§ 2.º Quando não haja médicos offerecidos a convocação será feita por escala, com exclusão daqueles que estiverem prestando serviço militar.

Art. 2.º Aos médicos milicianos convocados para este serviço serão abonados todos os vencimentos ordinários e extraordinários, como se fôsem convocados para serviço propriamente militar na localidade da sua residência, ou fora dessa localidade.

Art. 3.º Todas as despesas a fazer com transportes, vencimentos e quaisquer outros resultantes do desempenho dêsse serviço serão pagas pelo Ministério do Trabalho.

Art. 4.º Este decreto entra immediatamente em vigor, e revoga toda a legislação em contrário.

O Ministro da Guerra o faça publicar. Paços do Governo da República, 18 de Outubro de 1921.— *ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA* — *António Maria de Freitas Soares*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Repartição do Gabinete

Decreto n.º 7:766

Considerando que, com o restabelecimento da Escola de Recrutadas da Armada, no Alfeite, se aumentou consi-

ravelmente a despesa com o emprêgo de mais pessoal e material sem uma necessidade absolutamente indispensável, por isso que a instrução militar que ali está sendo ministrada às praças de marinhagem pode ser dada no quartel do corpo de marinheiros da armada;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa, e sob proposta do Ministro da Marinha, ouvido o Conselho de Ministros: hei por bem decretar que seja revogado o decreto n.º 7:568, de 25 de Junho de 1921, regressando imediatamente ao quartel do corpo de marinheiros da armada as praças que se encontram na Escola de Recrutadas da Armada.

Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro do Interior e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 1 de Novembro de 1921. — ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA — Manuel Maria Coelho — António Augusto de Almeida Arez — Francisco António Correia — José Cortês dos Santos — Francisco Luís Ramos — Alberto da Veiga Simões — António Pires de Carvalho — Carlos Henrique da Silva Maia Pinto — Manuel de Lacerda de Almeida — Alfredo Pinto de Azevedo e Sousa — António Fernandes de Carvalho.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral do Comércio e Indústria

Repartição do Comércio

Por ter saído com inexactidões, novamente se publica o seguinte:

Decreto n.º 7:742

Tendo sido solicitado pela Associação Comercial de Lisboa e Câmara dos Corretores, nos termos do artigo 7.º do regulamento do officio de corretor, aprovado por decreto de 10 de Outubro de 1901, que se elevasse a nove o número de corretores de fundos da Bolsa de Lisboa, o que se justifica pelo grande aumento de transacções da referida Bolsa: hei por bem, sob proposta do Ministro do Comércio e Comunicações e usando da faculdade que me é conferida pelo artigo 7.º do decreto de 10 de Outubro de 1901, decretar que seja de nove o número de corretores de câmbios, fundos públicos e particulares, créditos e obrigações mercantis, da Bolsa de Lisboa.

O Ministro do Comércio e Comunicações assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 28 de Setembro de 1921. — ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA — Francisco José Fernandes Costa.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares

1.ª Repartição

De ordem superior se faz público que, segundo comunicação do Conselho Federal Suíço, a República da Letónia aderiu à Convenção Postal Universal de Roma, de 26 de Maio de 1906, e às seguintes Convenções e Acórdos celebrados em Madrid, em 30 de Novembro de 1920:

- a) Convenção Postal Universal;
- b) Convenção respeitante à permuta de encomendas postais;
- c) Acórdo referente à permuta de cartas e de encomendas com valor declarado.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, 28 de Outubro de 1921. — O Director Geral, interino, *A. de Oliveira Soares*.

De ordem superior se faz público que, segundo comunicação da Legação Suíça, a República da Libéria ratificou o Protocolo adicional à Convenção de Berna, revista em 13 de Novembro de 1908, respeitante à protecção internacional das obras literárias e artísticas, assinado em Berna em 20 de Março de 1914.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, 28 de Outubro de 1921. — O Director Geral, interino, *A. de Oliveira Soares*.

Por ordem superior se faz público que, segundo comunica a Legação de França, em nota de 28 do corrente, o Governo dos Estados Unidos da América denunciou a Convenção Sanitária, celebrada em Paris a 3 de Dezembro de 1903, cessando os seus efeitos, em relação ao país que efectuou a denúncia, em 22 de Abril de 1922.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, 29 de Outubro de 1921. — O Director Geral, interino, *A. de Oliveira Soares*.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PUBLICA

Direcção Geral do Ensino Secundário

Por ordem superior e para os devidos efeitos novamente se publica o seguinte:

Sua Ex.ª o Ministro, por seu despacho de 28 do corrente, aprovou a emenda que segue, ao artigo 124.º do regulamento da instrução secundária, aprovado pelo decreto n.º 7:558, de 18 de Junho de 1918:

Artigo 124.º As professoras effectivas de trabalhos manuais, música e do antigo 8.º grupo dos liceus femininos, que pertenceram ao quadro do pessoal docente dos mesmos liceus, ficam adidas aos respectivos quadros, com os vencimentos que lhes competem, nos termos do artigo 8.º e seu parágrafo do decreto n.º 5:787-SSS, de 10 de Maio de 1919. As professoras dos extintos cursos de educação feminina ficam constituindo um quadro especial anexo ao quadro do pessoal docente do respectivo liceu, sendo-lhes assegurados todos os vencimentos a que têm direito, nos termos do referido decreto.

§ único. Os lugares de professoras a que se refere este artigo irão sendo eliminados à medida que forem vagando.

Direcção Geral do Ensino Secundário, 31 de Outubro de 1921. — O Director Geral, *F. A. da Costa Cabral*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Portaria n.º 2:941

Com fundamento no artigo 2.º do decreto-lei n.º 5:782, de 10 de Maio de 1919, e ao abrigo do disposto no artigo 2.º do decreto-lei n.º 5:174, de 26 de Fevereiro do mesmo ano: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho:

1.º Que, pela verba destinada no artigo 39.º, capítulo 18.º do orçamento da despesa extraordinária do Ministério do Trabalho, para o corrente ano económico, ao pa-